

Teses interpretativas sobre a arquitetura do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein

Rafael dos Reis FERREIRA¹

Resumo

A sequência enumerativa das proposições no *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) de Wittgenstein parece deixar claro, em um primeiro olhar, a ordem das proposições e as relações intrínsecas entre elas, com comentários de esclarecimento do próprio autor em nota de rodapé no início da obra. Mas, uma análise mais cuidadosa sobre a arquitetura do *Tractatus* (1921) mostra que esta obra é complexa e discutível, tendo recebido atenção de estudiosos. Diante disso, após considerações historiográficas iniciais sobre a obra e uma apresentação da mesma, apresentaremos duas teses interpretativas sobre a sua arquitetura, apresentadas no livro *Systèmes Symboliques, Science et Philosophie* organizado por Gilles-Gaston Granger na década de 70, que são pouco citadas ou discutidas hoje entre os estudiosos: a tese do movimento linear, defendida por Moreno (1978), e a tese do movimento circular, defendida por Aenishänslin (1978). Concluímos que a tese do movimento linear parece condizer mais com os propósitos da obra.

Palavras-Chave: Wittgenstein, Tractatus, Arquitetura, Teses Interpretativas.

Interpretative theses on the architecture of the Wittgenstein's *Tractatus Logico-Philosophicus*

Abstract

The enumerative sequence of propositions in Wittgenstein's *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) seems to make clear, at a first glance, the order of importance of the propositions and the intrinsic relations between them, with comments of the author's own clarification in a footnote at the beginning of the work. But a more careful analysis of the architecture of the *Tractatus* (1921) shows that this work is complex and debatable, having received scholars' attention. Thus, after initial historiographical considerations about the work and a presentation of it, we will present two interpretative theses on the its architecture, presented in the book *Systèmes Symboliques, Science et Philosophie* organized by Gilles-Gaston Granger in the 70's, which are little cited or discussed today among the specialists: the thesis of the linear movement, defended by Moreno (1978), and the thesis of the circular movement, defended by Aenishänslin (1978). We conclude that the thesis of the linear movement seems to be more in keeping with the purposes of the work.

Key Words: Wittgenstein, Tractatus, Architecture; Interpretive Theses.

Considerações historiográficas sobre Tractatus

O *Tractatus* foi a primeira e única obra de Wittgenstein publicada em vida. A obra foi publicada, originalmente, em 1921, na revista *Anais de Filosofia Natural* [*Annalen der Naturphilosophie*], sob o título “Tratado Lógico-Filosófico” (*Logisch-Phi-*

¹ Centro Universitário Unifafibe. E-mail: leafareis@yahoo.com.br.

losophische Abhandlung). Porém, ela recebeu o seu atual e mais conhecido título em latim “*Tractatus Logico-Philosophicus*”² na edição de 1922.

A edição de 1922 foi, também, publicada em alemão, mas acompanhada de sua primeira tradução, a tradução para a língua inglesa. A tradução inglesa foi assinada por Charles Kay Ogden com a colaboração de Frank Plumpton Ramsey, ambos contemporâneos a Wittgenstein na Universidade de Cambridge. A pedido dos tradutores, a tradução foi revista pelo próprio Wittgenstein.

O título latino foi uma sugestão de George Edward Moore (1873 - 1958) a Wittgenstein como uma espécie de referência ao *Tractatus Theologico-Politicus* de Baruch Spinoza (1632 - 1677), pois Moore teria encontrado, na última parte do *Tractatus* (1921), proposições com um “sabor” filosófico spinozano.

A edição inglesa de 1922 conta, ainda, com uma introdução escrita por Bertrand Russell, seu professor e tutor na Universidade de Cambridge. Muito embora o texto escrito por Russell tenha sido recusado pelo próprio Wittgenstein, sob alegação deste de que Russell não teria compreendido os propósitos da obra, a aceitação de Wittgenstein ter-se-ia dado, pois sem a conhecida influência de Russell na comunidade filosófica, a publicação não teria saído em forma de livro.

Posteriormente, em 1961, é publicada uma nova edição bilíngue, com tradução de David Pears e Brian MacGuinnes. A versão do texto alemão, que aparece nesta edição da obra, pode ser considerada como uma versão mais estabelecida da obra, pois, segundo os tradutores (2002, p. vii), o texto toma como referência os comentários e sugestões de Wittgenstein, resultados das correspondências entre C. K. Ogden e Wittgenstein sobre a tradução inglesa de 1922. A edição de 1961 conta, ainda, com o mesmo texto introdutório de Bertrand Russell, publicado na edição de 1922, sem quaisquer alterações.

A tradução de nossa consulta é essa edição bilíngue de 1961 com tradução de Pears e MacGuinnes: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. David Pears e Brian MacGuinnes. London and New York: Routledge Classics, 2002. To-

² Designaremos, a partir de agora, essa obra apenas de *Tractatus* (1921).



mamos, também, como referência a já conhecida tradução para a língua portuguesa de Luiz Henrique Lopes dos Santos, traduzida diretamente da edição bilíngue de 1961, a saber: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.³ Consultamos, também, a tradução para o francês, preâmbulo e notas de Gilles Gaston Granger: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Gilles Gaston Granger. Éditions Gallimard, 1993.

O *Tractatus* (1921) está circunscrito por um conjunto de textos que podem nos ajudar na sua compreensão mais integral. O primeiro deles, na ordem cronológica, é o livro intitulado “Notas sobre a Lógica” (*Notes on Logic*), que é resultado de anotações taquigráficas feitas por Philip Jourdain, secretário de Russell, em um encontro entre Wittgenstein e Russell no verão de 1913. Tais anotações foram suplementadas por um manuscrito datilografado que Wittgenstein ditou alguns dias depois, quando estava em Birmingham, Inglaterra. Juntos, o manuscrito e o ditado, constituem o livro “Notas sobre a Lógica”, que pode ser considerado a primeira obra filosófica de Wittgenstein.

O outro texto intitulado “Notas ditadas a G. E. Moore na Noruega” (*Notes dictated to G. E. Moore in Norway*) é resultado da visita que George Edward Moore fez a Wittgenstein na Noruega entre Março e Abril de 1914. Tais textos compõem, junto com outros textos, o livro intitulado “Cadernos de Notas: 1914 - 1916” (*Notebooks 1914 - 1916*). O *Caderno de Notas* inclui, ainda, as notas escritas durante os meses de Maio e Junho em Cracóvia, onde Wittgenstein prestou serviço para o regimento de artilharia do exército austríaco, quando a Áustria declarou guerra à Rússia.

Entre Janeiro de 1917 e Março de 1918, ainda em contexto de guerra, Wittgenstein teve tempo para reorganizar seus escritos mais ou menos sob a forma que assumiu no *Tractatus* (1921). Este seu trabalho resultou na primeira versão do *Tractatus* (1921): o manuscrito publicado sob o título “Prototractatus”, cuja versão preliminar seria publicada integralmente apenas em 1971.

³ A primeira tradução para a língua portuguesa do *Tractatus* (1921) foi realizada por José Arthur Giannotti e publicada em 1968. Eis a referência: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo.



Após a publicação do *Tractatus* (1921), Wittgenstein se desinteressa pela Filosofia, voltando a ela em 1928 e 1929, quando encontra os membros do Círculo de Viena. O conteúdo dos textos desta época permanecem, ainda, próximos ao *Tractatus* (1921). Temos, então, os textos intitulados “Algumas Observações sobre a Forma Lógica” (1929) (*Some remarks on logical form*), “Conferência sobre Ética” (1929) (*A lecture on Ethics*), “Wittgenstein e o Círculo de Viena” (1929) (*Wittgenstein und der Wienerkreis*) e “Ditados de Wittgenstein à Waismann e Schlich” (1929) (*Dictées de Wittgenstein à Waismann et pour Schlich*).

Podemos dizer que até 1929 os textos de Wittgenstein ainda continham ideias estabelecidas pelo *Tractatus* (1921), mesmo que tais textos já estivessem no limiar para a nova fase de seu pensamento; fase que muitos estudiosos vieram a designar, posteriormente, por “Segundo Wittgenstein”, em oposição às concepções até então expressas por ele em torno do *Tractatus* (1921), designadas, nesse sentido, de “Primeiro Wittgenstein”.

Uma apresentação do *Tractatus*

No Prefácio do *Tractatus* (1921), Wittgenstein apresenta, logo de início, o tema central da obra: “O livro trata dos problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem.”. (WITTGENSTEIN, 2001, p. 131)

Obviamente, o fato de tratar de problemas filosóficos não é novidade entre os filósofos na História da Filosofia, sendo, inclusive, necessário. Mas a tese de que os problemas filosóficos repousam sobre a má compreensão da lógica de nossa linguagem era uma ideia muito viva para Wittgenstein, pois elas advinham do contato e influências diretas de Frege e Russell sobre seu pensamento.

Frege logo no início de *Sobre a Justificação Científica de uma Conceitografia* (1882) (*Ueber die wissenschaftliche Berechtigung einer Begriffsschrift*), por exemplo, diz que “Nas partes abstratas da ciência faz-se sentir continuamente a falta de um meio de evitar mal-entendidos e, ao mesmo tempo, erros no próprio pensamento. Ambos têm origem na imperfeição da linguagem.”. (FREGE, p. 191, p. 1980)

De modo semelhante, diz Russell em *Os Princípios da Matemática* (1903) (*The Principles of Mathematics*): “O estudo da gramática, na minha opinião, é capaz de jogar muito mais luz sobre questões filosóficas do que é comumente suposto por filósofos.”. (RUSSELL, 1903, § 46, p. 42, tradução nossa). Nesta mesma passagem, ainda diz: “Em geral, a gramática parece nos trazer muito mais perto de uma lógica correta do que as opiniões atuais dos filósofos [...]”. (RUSSELL, 1903, § 46, p. 42, tradução nossa)

Assim, tanto Frege quanto Russell apontam, também, para uma análise crítica da linguagem, procurando captar, cada um a sua maneira, a lógica de nossa linguagem, utilizando-se, como dispositivo, instrumentos da Lógica. Segundo Anscombe no seu livro “Uma introdução do *Tractatus* de Wittgenstein” (*An introduction to Wittgenstein's Tractatus*), “[...] este dispositivo da lógica moderna ao menos é um instrumento para a clarificação do pensamento que é de uso para quem se envolve em raciocínio. E sem o desenvolvimento desta parte da lógica de Frege e Russell, é inconcebível que Wittgenstein tivesse escrito o *Tractatus*.”. (ANSCOMBE, 1965, p. 16, tradução nossa)

Pode-se relacionar essa posição de análise crítica da linguagem a uma tradição de crítica presente em uma corrente filosófica chamada de “Crítico” ou “Filosofia Crítica”, que não tem origem em outro filósofo senão em Immanuel Kant (1724 - 1804).

A conhecida e influente obra escrita por Kant, a *Crítica da Razão Pura* (1781) (*Kritik der Reinen Vernunft*), que já indicava, no corpo do título, a tradição do pensamento crítico fundada por ele na História da Filosofia. Podemos dizer que em Kant a crítica se situa no âmbito da Teoria do Conhecimento e se dirige à metafísica: “Na verdade, os princípios de que se serve [os princípios da metafísica], uma vez que ultrapassam os limites de toda a experiência, já não reconhecem nesta qualquer pedra de toque. O teatro destas disputas infundáveis chama-se *Metafísica*.”. (KANT, A XII, grifo do autor).

Devido a vagueza da palavra “metafísica” – em vista de sua gama de acepções –, cabe ressaltar que quando se diz que Kant critica a metafísica, isso significa,

mais precisamente, que ele se dirige aos conhecimentos que “ultrapassam os limites de toda experiência”, isto é, dirige-se à “metafísica especulativa”.

Sobre o significado da palavra “crítica”, escreve o filósofo logo no Prefácio da Primeira Edição da obra: “Por uma crítica assim, não entendo uma crítica de livros e de sistemas, mas da faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, *independentemente de toda a experiência*; portanto, a solução do problema da possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação tanto das suas fontes como da sua extensão e limites; tudo isto, contudo, a partir de princípios.”. (KANT, A XII, grifo do autor)

Nesse sentido, tendo em vista a necessidade kantiana da realização de uma crítica, torna-se, então, propósito da Filosofia de Kant realizar uma crítica sistemática à razão humana e aos conhecimentos produzidos por ela, em especial aos conhecimentos produzidos pela especulação metafísica. Diz Kant, expressando-se modo metafórico, que se deve constituir um tribunal “[...] que lhe assegure [à razão] as pretensões legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as presunções infundadas; e tudo isto, não por decisão arbitrária, mas em nome das suas leis eternas e imutáveis. Esse tribunal outra coisa não é que a própria *Crítica da Razão Pura*.”. (KANT, A XII, grifo do autor)

Nessa linha da tradição da Filosofia Crítica, iniciada por Kant, com repercussão na filosofia do *Tractatus* (1921), pode-se dizer que Wittgenstein também realiza uma crítica à Metafísica. Mas, a crítica de Wittgenstein dirige-se não à metafísica especulativa acerca das faculdades da razão, mas acerca dos limites da determinação dos significados das proposições, isto é, acerca dos possíveis equívocos advindos da não compreensão da lógica da nossa linguagem. Nesse sentido, escreve o filósofo no aforismo 6.53 do *Tractatus* (1921): “O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; [...] e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostra-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições.”.

Comenta David Pears, comparando os propósitos de Kant e Wittgenstein, que “Wittgenstein queria traçar os limites absolutos da linguagem, assim como Kant



queria traçar os limites absolutos do pensamento.”. (PEARS, 1970, p. 31, tradução nossa). Mas, a pretensão de Wittgenstein foi, propriamente, “[...] uma tentativa crítica para fixar os limites de qualquer desenvolvimento possível da linguagem, e, como tal, não se preocupou com o que é humanamente possível, ou com as limitações impostas pela estrutura da razão humana.”. (PEARS, 1970, p. 30, tradução nossa)

Não é nosso propósito aqui discutir a peculiaridade do pensamento de Wittgenstein no interior da Filosofia Crítica, mas sublinhemos que a crítica de Wittgenstein dirige-se não ao plano das faculdades da razão, mas ao plano da determinação dos limites dos significados das proposições. Nesse sentido, a constituição de uma teoria do conhecimento como propósito mais fundamental para a compreensão do conhecimento humano não é pretensão de Wittgenstein no *Tractatus* (1921). Sua preocupação, coloca-se, portanto, no domínio da linguagem, em particular, da lógica da linguagem.

Assim, além das influências de Frege e Russell no *Tractatus* (1921), com menção explícita de Wittgenstein, pode-se identificar influências de outros filósofos, mesmo que não haja menção explícita e direta por parte de Wittgenstein. Tendo em vista tais influências, comenta Maslow no seu livro “Um estudo realizado no *Tractatus* de Wittgenstein” (*A study in Wittgenstein's Tractatus*): “No fundo de suas afirmações incisivas se ouve não apenas as vozes claras de Frege e Russell, mas as vozes abafadas de Kant, Schopenhauer, Platão, e até mesmo Sto. Agostinho.”. (MASLOW, 1961, p. x, tradução nossa)

Sobre as fontes, o próprio Wittgenstein diz, no Prefácio, não fazer questão de citá-las. Diz ele: “[...] o que escrevi aqui não tem, no pormenor, absolutamente nenhuma pretensão de originalidade; e também não indico fontes, porque me é indiferente que alguém mais já tenha, antes de mim, pensado o que pensei.”. (WITTGENSTEIN, 2001, p. 131). Sabe-se que Wittgenstein, engenheiro de formação, mas com preocupações fundamentalmente filosóficas, não conhecia a fundo a História da Filosofia, muito embora tenha abordado muitos problemas filosóficos com profundidade e originalidade.

Assumindo como pressuposto a análise crítica sobre a lógica da linguagem para a compreensão mais estabelecida sobre o que se pode ou não dizer e expressar com mais clareza no âmbito da linguagem, evitando com isso, possíveis problemas de ordem filosófica, Wittgenstein lança, então, no Prefácio do *Tractatus* (1921), uma das primeiras e principais teses da obra: “O limite [para a expressão do pensamento] só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso.”. (WITTGENSTEIN, 2001, p. 131)

O limite a que Wittgenstein se refere é, como indicado, o limite da expressão dos pensamentos, pois os pensamentos se expressam no âmbito da lógica da linguagem, sendo esta condição para os pensamentos, que é inseparável da lógica da linguagem. Nesse sentido, pensamento e linguagem estão de tal modo vinculados que linguagem sem pensamento torna-se um mero conjunto de sinais sem sentido, e pensamento sem linguagem é impossível de ser expresso, pois a linguagem é condição *sine qua non* para a expressão de todos os pensamentos.

Tendo em vista a tese de que o limite para a expressão do pensamento só poderá ser traçado na linguagem, o autor apresenta o propósito ou grande objetivo da obra ainda no Prefácio:

O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos [...]. (WITTGENSTEIN, 2001, p. 131)

A estrutura lógica de nossa linguagem é condição para a expressão de todos os pensamentos tal que nada se pode dizer para além desse limite da linguagem. Isso significa que se o limite só pode ser traçado na linguagem, então só podemos pensar aquilo que pode ser expresso na linguagem, isto é, só podemos pensar o que se pode dizer claramente com a linguagem. Por outro lado, o que não se pode dizer claramente com a linguagem está para além do limite do que é expresso na linguagem.

O além do limite expresso na linguagem, Wittgenstein chama por “contra-senso” (*Unsinnig*). O contra-senso é o que não pode ser dito ou expresso na linguagem, pois está para além do limite de sua expressão. Sobre isso, escreve no Prefácio: “O limi-



te só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso.”. (WITTGENSTEIN, p. 131)

Diante do contra-senso, o que nos resta é se calar, pois a linguagem não permite dizer algo sobre o que não pode ser expresso por ela, pois escapa ao seu limite. O silêncio, então, é o melhor caminho, neste caso, pois ao se tentar dizer o que não pode ser dito, corre-se o risco de cair em problemas filosóficos, cuja formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem. É, então, sobre o que pode e não pode ser dito que Wittgenstein resume o sentido geral de sua obra: “Poder-se-ia talvez apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.”. (WITTGENSTEIN, 2001, p. 131)

Assim, se os problemas filosóficos repousam sobre a má compreensão da lógica de nossa linguagem, com a tese de que o limite das expressões dos pensamentos só poderão ser traçados na linguagem e, com isso, o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso, então a expectativa de Wittgenstein, com o *Tractatus* (1921), é expressar os pensamentos de modo claro e elucidativo com base no bom entendimento da lógica de nossa linguagem. Isso leva Wittgenstein a uma pretensão nada modesta, expressa ainda no Prefácio do *Tractatus* (1921): ele pretende ter estabelecido a verdade dos pensamentos e, com isso, ter resolvido, ao menos no essencial, todos os problemas em Filosofia. Sobre isso, escreve: “Por outro lado, a *verdade* dos pensamentos aqui comunicada parece-me intocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas.”. (WITTGENSTEIN, 2001, grifo do autor, p. 133)

Muito embora a obra carregue consigo essa pretensão consolidada e definitiva, isso não impediu que ela gerasse muitas interpretações e problemas de interpretação, presentes em uma extensa bibliografia, e se tornasse, com isso, uma das obras filosóficas mais discutidas no século passado, com repercussões relevantes nas discussões filosóficas ainda hoje entre comentadores, historiadores da filosofia e lógicos.

Sobre o estilo do *Tractatus* (1921), comenta Maslow: “O estilo obscuro do *Tractatus* abre possibilidades para inúmeras interpretações.”. (MASLOW, 1961, p. xiii,



tradução nossa). Em outra passagem, diz: “O obstáculo mais formidável para a compreensão do *Tractatus* reside, como pode ser visto até mesmo em suas primeiras sentenças, no estilo obscuro de apresentação de Wittgenstein.” (MASLOW, 1961, p. ix, tradução nossa). Nesse sentido, ainda escreve Maslow que “Embora o *Tractatus* tenha um peculiar charme poético, suas afirmações aforismáticas, enigmáticas e concisas não são propícias para clarear o entendimento.” (MASLOW, 1961, p. ix, tradução nossa). Ainda sobre o estilo da obra, diz Gilles-Gaston Granger que “Este breve livro não é apenas um dos textos que definem a filosofia contemporânea, é também uma obra de arte que atinge a concisão incisiva da linguagem e a cadência muitas vezes poética do estilo filológico.” (GRANGER, 1993, p. 9, tradução nossa)

O *Tractatus* (1921) torna-se, então, um campo de muitas teses interpretativas, discutindo-se, inclusive sua estrutura aparentemente estabelecida. Nesse sentido, mesmo que o *Tractatus* (1921) seja, nas palavras de Mathieu Marion (cf. 2012, p. 12), uma obra “selada com sete selos”, cuja estrutura pareça expressar uma rigidez de consolidação e de algo definitivo, até mesmo a sua arquitetura, aparentemente estática, foi e é objeto de discussão entre os estudiosos.

A sequência de afirmações do *Tractatus* (1921) não se constitui como um sistema axiomático, pois em sistemas axiomáticos se admitem conjuntos primitivos de afirmações (axiomas) e conceitos primitivos onde, por regras de inferência, isto é, por deduções lógicas, geram-se teoremas no interior do sistema proposto e se constrói toda o sistema da obra. Sobre isso, diz Anscombe: “O *Tractatus* não é apresentado em uma ordem de demonstração de premissas.” (ANSCOMBE, 1965, p. 18, tradução nossa)

Assim, embora a estrutura axiomática seja amplamente utilizada nas obras de lógica e matemática no início do século XX, o *Tractatus* (1921) não segue, portanto, essa estrutura. As sequências de afirmações no *Tractatus* (1921) é constituído por um conjunto de afirmações chamadas de “afirmações aforismáticas” ou “aforismos”.⁴

4 A palavra “aforismo” deriva do grego “aphorismos” que significa “definição”. O substantivo grego “aphorismo” deriva do verbo grego “aphorizein” que significa “delimitar” e “separar”. Este verbo é composto pelo prefixo “apó” que significa “afastado”, “separado” ou “proveniente, derivado de”, mais o radical “horos” que significa “fronteira”, “limite”, e o radical “ehorizein” que significa “limitar”. No latim temos o substantivo “aphorismus”. Então, pode-se dizer que, etimologicamente, aforismo é uma sentença concisa que delimita ou separa algo de algo, podendo se caracterizar por uma definição.

Na obra, os aforismos são enumerados. Wittgenstein explicita a enumeração dos aforismos em nota de rodapé, logo na entrada do primeiro aforismo. Escreve ele:

Os decimais que numeram as proposições destacadas indicam o peso lógico dessas proposições, a importância que têm em minha exposição. As proposições n.1, n.2, n.3, etc. são observações relativas à proposição n^o n; as proposições n.m.1, n.m.2, etc. são observações relativas à proposição n^o n.m; e assim por diante. (WITTGENSTEIN, 2001, grifo do autor, p. 135)

Nesta sequência enumerativa, a obra contém 7 teses principais, que podem ser consideradas como “portas” de entrada da obra, as quais são enumeradas de 1 a 7. Como diz o Wittgenstein acima, a divisão em notação decimal indica o “peso lógico” dos aforismos e coloca as 7 proposições como centrais, sendo que o restante das proposições podem ser entendidas como elucidações na sequência decimal apresentada pelo autor na obra.

Embora a sequência enumerativa das proposições pareça deixar claro, ao menos em linhas gerais, a ordem de importância das proposições, as relações intrínsecas entre elas são bastante complexas e discutíveis, cuja estrutura merece atenção de estudiosos. É notável, por exemplo, que o próprio Wittgenstein não respeita a ordem proposta por ele; por exemplo, as proposições 2.01 e 3.001 não são, na sequência, comentários de 2.0 e 3.00, respectivamente, pois tais proposições simplesmente não existem, como se pode verificar por uma simples conferência na obra.

O entendimento sobre o sistema de numeração do *Tractatus* (1921) não é unanimidade entre os estudiosos. Apresentaremos, a seguir, basicamente duas teses sobre a arquitetura da obra: a tese do movimento linear defendida por Moreno (1978) e a tese do movimento cíclico defendida por Aenishänslin (1978).

A tese do movimento linear

Arley Ramos Moreno, em seu artigo “O Sistema de Numeração do *Tractatus*” (*Le Système de Numérotation du Tractatus*), faz uma análise detalhada sobre a estrutura da numeração do *Tractatus* (1921).



Em resumo, Moreno (1978, p. 259) diz no artigo que o sistema de numeração apresenta dois níveis que ele chama por “os números simples”, a saber: “1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7”, que são a sucessão dos números inteiros positivos em representação decimal; e o que ele chama por “números compostos”, formados por números inteiros positivos, mais a adição de um ponto e mais os números naturais, incluindo o zero, os quais têm a seguinte forma: “N.nm...”. As proposições indicadas pelos números compostos são chamadas por Moreno de “pseudo-proposições”.

Moreno (1978, p. 261-262) entende que existe uma distinção explícita entre as pseudo-proposições e separa-as, então, em dois níveis numéricos, a saber: as pseudo-proposições com o zero, que ele chama por “nível zero”, e as pseudo-proposições sem o zero, que ele chama por “nível comentário”. Ele chama por “comentário” as pseudo-proposições que esclarecem outras pseudo-proposições.

Além dos comentários, existem os aforismos que são “[...] aqueles que são e podem ser objeto de esclarecimento filosófico, i. e., de comentários.”. (MORENO, 1978, p. 262, tradução nossa). Sendo que os aforismos sempre podem ser objeto de comentários e dado que todas as proposições são passíveis de comentários, então todas as proposições são aforismos no *Tractatus* (1921): “[...] todas as pseudo-proposições são aforismos; isto significa que todas podem ser comentadas.”. (MORENO, 1978, p. 263, tradução nossa) e “[...] todas as pseudo-proposições com função comentário exercem sucessivamente a função aforismo.”. (MORENO, 1978, p. 263, tradução nossa)

Tendo isso em vista, é possível, segundo Moreno (cf. 1978, p. 268-279) “[...] identificar um movimento lógico entre os números do sistema de numeração, um movimento que assume diferentes formas no nível zero e no nível comentário [...]”. (MORENO, 1978, p. 268, tradução nossa)

Nesse sentido, “O sistema de numeração dá uma direção do movimento lógico do discurso e sugere várias formas complementares possíveis.”. (MORENO, 1978, p. 277, tradução nossa), isto é, “A direção é dada pela sequência natural de números simples; as vias complementares são ramificações sucessivas com sucessivos graus de possível esclarecimento - estas ramificações são dadas pelos números compostos e os

caminhos são dados pela sucessão que a saída dos números forma.” (MORENO, 1978, p. 277, tradução nossa)

Sendo assim, a arquitetura do *Tractatus* (1921) pode comportar, como aponta Moreno, três interpretações quanto ao seu movimento lógico, a saber: (i) o movimento contínuo, “[...] que não comporta interrupção entre os pontos numéricos; cada ponto está ligado a outro.” (MORENO, 1978, p. 277, tradução nossa); (ii) o movimento cíclico, “[...] que é logicamente equivalente para o mesmo ponto numericamente de nível superior.” (MORENO, 1978, p. 277, tradução nossa), formando, com isso, um percurso circular, ou seja, pelo retorno do movimento lógico a um mesmo ponto numérico, sendo este a origem de diferentes séries numéricas sucessivas; (iii) e o movimento linear, que “[...] não retorna logicamente para o mesmo ponto numérico, o que conduz a outros pontos numéricos.” (MORENO, 1978, p. 277, tradução nossa), isto é, retorna ao ponto numérico de uma série que já está aberta, sendo que um não é origem do outro, pois o movimento é sempre linear.

Moreno diz que o movimento linear, em especial, é o movimento que “[...] permite o progresso geral do discurso, por meio do nível do comentário.” (MORENO, 1978, p. 278-279, tradução nossa). Nesse caso, o argumento pode ser definido como a passagem de um número ao seu sucessor imediato na mesma série, o que condiz mais aproximadamente com o nível do comentário.

Argumenta Moreno que o nível do comentário é a realização da atividade filosófica que mais se aproxima da concepção wittgensteiniana, pois “[...] para Wittgenstein, a filosofia não é constituída por ‘proposições filosóficas’, mas ‘esclarecimentos’ de proposições; ela deve basear-se em proposições e tentar elucidar logicamente.” (MORENO, 1978, p. 262, tradução nossa)

Escreve Wittgenstein no *Tractatus* (1921): “O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente de elucidações. O resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras.” (4.112)

Assim, Moreno entende que o movimento linear condiz mais com o que Wittgenstein entende por filosofia e com o propósito de uma obra filosófica, isto é, com os propósitos do *Tractatus* (1921).

A tese do movimento cíclico

Marckus Aenishänslin em seu artigo “A Estrutura Cíclica do *Tractatus* de Wittgenstein” (*La Structure Cyclique du Tractatus de Wittgenstein*), sustenta a tese do movimento circular.

Nesse caso, haveria um modelo estrutural de argumentação no *Tractatus* (1921) que percorre um princípio de movimento circular. “A estratégia específica *Tractatus* é caracterizada pelo princípio de que conecta teses entre elas por movimentos cíclicos.”. (AENISHÄNSLIN, 1978, p. 244, tradução nossa)

Em linhas gerais, diz Aenishänslin que os aforismos, na sequência decimal, formam um movimento cíclico, cujos aforismos na subsequência do movimento formam um subcírculo que são explicitações dos aforismos anteriores na sequência.

Por exemplo, seja o aforismo 4; segue do aforismo 4 os aforismos 4.001, 4.002 e 4.003. Uma nova sequência decimal surge em seguida, a leitura da tese 4.01 e seus números sucessivos: 4.01,...,4.06. Em seguida inicia-se a última sequência de aforismos antes de iniciar o aforismo 5, os aforismos 4.1, 4.2,..., 4.5.

O que o autor argumenta é que o início e o fim de uma sucessão, como as apresentadas acima, é a tese 4, o que forma um movimento cíclico, porém não contínuo, como é visto por Moreno (1978).

Formam-se, portanto, três subcírculos no interior do aforismo 4 antes de apontar, na sequência, para o aforismo 5. “O curso de leitura através do *Tractatus* articula finalmente em um sistema de ciclos e de sub-ciclos. A forma do itinerário característico do *Tractatus* é cíclica. Este itinerário traça uma única linha de curso contínuo e fechado através de todo o *Tractatus*.”. (AENISHÄNSLIN, 1978, p. 245, tradução nossa)

Portanto, o princípio do movimento circular aponta para a tese de que o *Tractatus* (1921) é, assim como um círculo, uma obra fechada sobre si mesma, sem necessidade de certificação externa.

Considerações finais

O movimento linear, defendido por Moreno (1978), que não retorna logicamente para o mesmo ponto numérico, conduzindo a outros pontos numéricos, é o movimento que parece melhor expressar a ordem das razões no *Tractatus* (1921) e a atividade de elucidação filosófica, no sentido de apontar para novas explicitações.

Embora a verdade dos pensamentos no *Tractatus* (1921) tenha a pretensão de ser “intocável e definitiva”, e por isso possa ser interpretada como uma obra fechada em si mesma, ela é resultado do exercício de elucidação filosófica que encontra no próprio *Tractatus* (1921) um meio para alcançar a verdade dos pensamentos. Como já citado, para Wittgenstein, “Uma obra filosófica consiste essencialmente de elucidações. O resultado da filosofia não é ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras.”. (4.112)

É parte central da tentativa de elucidação filosófica do *Tractatus* (1921) analisar os aspectos formais da lógica da linguagem, isto é, analisar a essência da proposição, representada pela forma proposicional. Pode-se dizer, então, que o *Tractatus* (1921) é em grande parte uma tentativa de analisar os aspectos formais da linguagem para mostrar o que há de essencial em proposições que tenham sentido e não sejam meramente uma série de ruídos e marcas como o é o sinal simplesmente.

Nesse sentido, diz Maslow que “[...] o principal problema do *Tractatus* é mostrar os pré-requisitos necessários de um simbolismo ideal para que todas as nossas línguas atuais devem ser respeitadas tanto quanto praticamente possível a fim de servir o seu propósito fundamental de ser um meio de conhecimento.”. (MASLOW, 1961, p. xv, tradução nossa). Desse modo, o *Tractatus* (1921) de Wittgenstein “[...] restringe a investigação aos pré-requisitos formais ou lógicos de qualquer língua possível, de todos os simbolismos possíveis.”. (MASLOW, 1961, p. xv, tradução nossa). Isso quer di-

zer que o *Tractatus* (1921) elucida e determina, em particular, como a forma lógica está presente ou é exibida por todas as proposições da linguagem em geral.

Assim, o *Tractatus* (1921) não é um estudo sobre o significado linguístico das proposições das línguas naturais, realizado no campo da Linguística ou da Filologia, pois não é um conhecimento da causa dos fatos da língua. Diz Maslow que “A clarificação final do nosso pensamento, a realização de suas condições formais, é uma questão para a atividade filosófica e não para as proposições significativas.” (MASLOW, 1961, p. xvi, tradução nossa).

Analisa, também, Granger que “O *Tractatus* visa não dizer o que é a realidade do mundo, mas delimitar o que é pensável, isto é, exprimível na linguagem. Apenas proposições da ciência, verdadeiras ou falsas, satisfariam este requisito.” (GRANGER, 1993, p. 9, tradução nossa), pois, continua Granger, “O discurso do filósofo apenas pode manifestar o correto funcionamento da linguagem e mostrar a natureza ilusória do seu uso quando se pretende ir além de uma descrição dos fatos.” (GRANGER, 1993, p. 9, tradução nossa)

Nesse caminho de elucidação das proposições, o *Tractatus* (1921) deve servir como um meio, isto é, como uma escada, e não como um fim em si mesmo. Sobre isso escreve Wittgenstein em uma de suas passagens mais conhecidas do *Tractatus* (1921): “Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela).” (6.54)

As proposições ou aforismos do *Tractatus* (1921) são contrassensos, pois os pré-requisitos formais de todos os simbolismos possíveis não podem ser expressos pela proposição. A forma lógica é apenas exibida pelas proposições, mas não pode ser expressa por proposições. Isso quer dizer que a forma lógica de todos os simbolismos possíveis não pode se tornar objeto de enunciação de outra proposição que diga algo sobre ela, isto é, ela não é objeto de uma metalinguagem cuja linguagem objeto seria ela própria. Escreve Wittgenstein que “A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição. O que se espelha na linguagem esta não pode re-



presentar. O que *se* exprime na linguagem, *nós* não podemos exprimir por meio dela. A proposição *mostra* a forma lógica da realidade. Ela a exhibe.”. (4.121, grifo do autor)

Assim, todo o *Tractatus* (1921), está situado no plano da metalinguagem e é, portanto, um contra-senso. Sendo assim, ele não é mais do que uma escada que deve ser descartada após ter atingido o alvo que é a forma lógica de que toda possível linguagem é formada. Mas, embora todo o *Tractatus* (1921) seja um contra-senso, Wittgenstein considera que o que é dito e mostrado, isto é, os aspectos formais de todo simbolismo possível, foi definitivamente mostrado no *Tractatus* (1921), pois tais aspectos formais são uma verdade intocável e definitiva. “Por outro lado, a verdade dos pensamentos aqui comunicados parece-me intocável e definitiva. Portanto, é minha opinião que, no essencial, resolvi de vez os problemas.”. (WITTGENSTEIN, 2001, p. 133)

No *Tractatus* (1921) o “peso lógico” das teses principais pode dar ao leitor um guia para uma visão panorâmica da obra, servindo como um parâmetro inicial de interpretação da obra como um todo. Desse modo, os aforismos 1 (“O mundo é tudo que é o caso”) e 2 (“O que é o caso, o fato, é a existência de estados de coisas”) fazem referência direta à ontologia: o mundo, o fato e a existência de estados de coisas. Já o aforismo 3 (“A figuração lógica dos fatos é o pensamento.”), ainda fazendo referência à ontologia, é a passagem do mundo ao pensamento sobre o mundo. O aforismo 4 (“O pensamento é a proposição com sentido.”) refere-se claramente a uma investigação sobre a linguagem tal que as proposições com sentido são a formulação dos pensamentos. O aforismo 5 (“A proposição é uma função de verdade das proposições elementares. (A proposição elementar é uma função de verdade de si mesma.)”) e o aforismo 6 (“A forma geral da função de verdade é: [p, ξ , N(ξ)]. Isso é a forma geral da proposição.”) são estudos da estrutura interna das proposições na linguagem. Por fim, o aforismo 7 (“Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”) resume o significado expressivamente filosófico, e conforme diz Wittgenstein no Prefácio expressa todo o sentido da obra: “[...] o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.”. (WITTGENSTEIN, 2001, p. 131)

O movimento linear do *Tractatus* (1921) parte, portanto, de uma investigação ontológica para a análise da lógica de nossa linguagem, encontrando nos limites da

linguagem o que pode ou não ser expresso por ela. Limites estes que se localizam no limiar entre a ontologia e a linguagem, como expresso pelo seguinte modelo:

Ontologia	:	Linguagem
3	:	4
2	:	5
1	:	6
	7	

Este pequeno modelo, retirado por nós de *O Sistema de Numeração do Tractatus* de Moreno (cf. 1978, p. 281), parece sintetizar, com clareza, os lugares dos aforismos de abertura do *Tractatus* (1921) e suas equivalências conceituais entre o plano antológico e o plano da linguagem. O sinal “:” expressa essa equivalência conceitual.

Nesse sentido, o aforismo 3, dizendo que a figuração lógica dos fatos do mundo é o pensamento, equivale a dizer, no plano da linguagem, que o pensamento é a proposição com sentido, expresso pelo aforismo 4.

O aforismo 2, referindo-se ao estado de coisas da realidade, equivale à disposição dos elementos constituintes da proposição e como a relação entre tais elementos formam proposições mais elementares e proposições mais complexas a partir destas proposições mais elementares, isto é, a proposição é uma função de verdade das proposições elementares, expresso no aforismo 5. O aforismo 1, fazendo referência a totalidade de fatos e estados de coisas de que o mundo é formado, corresponde, na linguagem, à estrutura interna das proposições na linguagem, que é a forma geral da função de verdade, cuja natureza toca o mundo através da forma de afiguração que a proposição tem em comum com os fatos e os estados de coisas que constituem o mundo.

Já o aforismo 7, “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”, é o limiar do que se pode ou não dizer com a linguagem, ou seja, é o limite das expressões

dos pensamentos. Esse aforismo final expressa, segundo Wittgenstein, todo o sentido do *Tractatus* (1921). Como já citado: “Poder-se-ia talvez apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.”. (WITTGENSTEIN, 2001, p. 131)

Referências

AENISHÄNSLIN, M. *La structure cyclique du Tractatus de Wittgenstein*. In: GRANGER, G. G. (org). *Systèmes Symboliques, Science et Philosophie*. Marseille: Centre National de la recherches scientifiques, 1978.

ANSCOMBE, G. E. M. *An introduction to Wittgenstein's Tractatus*. New York: Harper & Row, 1965.

BLACK, M. *A companion to Wittgenstein's 'Tractatus'*. New York: Cornell University Press, 1970.

FREGE, F. L. G. *Sobre a justificação científica de uma conceitografia*. In: *Investigações lógicas*. Trad. Luís Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural 1980.

GLOCK, H. J. *A Wittgenstein dictionary*. Oxford: Blackwell, 1996.

GRANGER, G. G. (org). *Systèmes symboliques, science et philosophie*. Marseille: Centre National de la recherche scientifique, 1978.

_____. *Préambule du traducteur*. In: WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. Gilles Gaston Granger. Éditions Gallimard, 1993.

JANIK, A.; TOULMIN, S. *Wittgenstein's Vienna*. New York: Touchstone Book, 1996.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburg: Verlag Felix Meiner, 1956.

MARION, M. *Ludwig Wittgenstein: uma introdução ao Tractatus Lógico-Philosophicus*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Annablume, 2012.

MASLOW, A. *A study in Wittgenstein's Tractatus*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1961.

MONK, R. *Wittgenstein: the duty of genius*. Vintage: London, 1991.

_____. *Wittgenstein: o dever do gênio*. Trad. Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOORE, G. E. The nature of judgment. In: *Mind*, New Series, Vol. 8, No 30 (Apr., 1899), p. 176-193. Disponível em: <http://mind.oxfordjournals.org/content/VIII/2/176.extract>. Acesso em: 06 de Agosto de 2015.

MORENO, Arley R. Le système de numeration du Tractatus. In: GRANGER, G. G. (org). *Systèmes Symboliques, Science et Philosophie*. Marseille: Centre National de la recherche scientifique, 1978.

_____. *Wittgeinstein: os labirintos da linguagem: ensaio introdutório*. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 200. (Col. Logos)

PEARS, D. *Ludwig Wittgenstein*. New York: The Viking Press, 1970.

_____. *As ideias de Wittgenstein*. Trad. Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

RUSSELL, B. *The principles of mathematics*. Cambridge: University Press, 1903.

WITTGENSTEIN, L. Some remarks on logical form. In: *Proceedings of the Aristotelian Society*. Vol. 9, p. 162-171. Acesso em 14 de Maio de 2012.

_____. *Notebooks 1914-1916*. New York: Harper & Brothers, 1961.

_____. Notes on logic. In: *Notebooks 1914-1916*. New York: Harper Torchbooks, 1961.

_____. Notes dictated to G. E. Moore in Norway. In: *Notebooks 1914-1916*. New York: Harper & Brothers, 1961.

_____. *Prototractatus: an early version of Tractatus logico-philosophicus*. Edited by B.F. McGuinness, T. Nyberg, G.H. von Wright; with a translation by D.F. Pears [and] B.F. McGuinness, an historical introduction by G.H. von Wright and a facsimile of the author's manuscript. London; New York: Routledge, 2002.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. Charle Kay Ogden (com colaboração de Frank Plumpton Ramsey). London: KEGAN PAUL, TRENCH, TRUBNER & CO., LTD; New York: HARCOURT, BRACE & COMPANY, INC., 1922. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/5740/5740-pdf.pdf>. Acesso em 09 de Setembro de 2014.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. David Pears e Brian MacGuinnes. London and New York: Routledge Classics, 2002.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. Gille Gaston Granger. Éditions Gallimard, 1993.